

PÓS-GRADUAÇÃO: A PROBLEMÁTICA INSTITUCIONAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

ANTÓNIO OLIVIO CERON*
MIGUEL CEZAR SANCHEZ*

A regulamentação oficial dos cursos de pós-graduação, no início dos anos setenta, obrigou as universidades brasileiras que mantinham cursos de especialização, para fins de obtenção de títulos (pós-graduação "latu sensu" ou pós-graduação pelo regime antigo), a se adaptarem à nova legislação. Gradativamente, as instituições empregadoras (sobretudo as próprias Universidades) passaram a exigir a vinculação dos títulos de mestre e de doutor aos programas de pós-graduação, credenciados pelo Conselho Federal de Educação. Ao mesmo tempo, com o desaparecimento gradual das formas tradicionais de obtenção de título de doutorado, (sem frequência a Cursos de Pós-Graduação) firmou-se a importância da pós-graduação no que diz respeito a obtenção formal dos títulos e, por via de consequência, do aperfeiçoamento de docentes e da formação de pesquisadores no campo da Geografia.

Assim, sobre os cursos de pós-graduação em Geografia implantados no Brasil, repousa a quase total responsabilidade no que diz respeito a:

1 — Aperfeiçoamento e reciclagem dos docentes das universidades brasileiras que ainda não contam com o corpo docente qualificado;

2 — A responsabilidade pela formação de novos docentes e pesquisadores solicitados pelo mercado de trabalho sejam das universidades que estão ampliando ou criando novos departamentos ou, então, as instituições de pesquisa de caráter público ou privado •;

3 — A responsabilidade pelo aperfeiçoamento dos quadros do ensino médio, como ocorre no Estado de São Paulo, onde a Secretaria da Educação mantém um programa de reciclagem de professores, tendo em vista o seu aperfeiçoamento e conquista de novas técnicas no ensino da geografia.

Além dessa importante responsabilidade, os núcleos de pós-graduação poderão se transformar em importantes centros de produção e de difusão de conhecimentos técnicos e científicos e contribuir para o desenvolvimento da Geografia como um todo. Tendo em vista o estágio em que chegou a Geografia brasileira e a produção científica que ela atingiu no momento, não temos dúvidas em afirmar

* Departamento de Planejamento Regional, 1GCE — UNESP, Rio Claro, Brasil.
que os recursos humanos, atualmente disponíveis, são plenamente suficientes para manutenção de centros de pós-graduação do mais alto nível desde que esses recursos, dispersos pelo território nacional, possam ser mais facilmente mobilizados para o atendimento das necessidades, tanto dos centros de pós-

graduação existentes, quanto de outros eventualmente criados. Para tanto, seria necessário que a Universidade e as instituições de apoio se conscientizassem do papel que a pós-graduação pode representar para seu próprio desenvolvimento e assim torná-la mais dinâmica e atuante no ensino, na pesquisa e no atendimento à comunidade. Mas estão as universidades e instituições de apoio assumindo, plenamente, os programas de pós-graduação?

São inúmeros os problemas enfrentados pelos cursos de pós-graduação. Acreditamos poder resumir-los em quatro grandes categorias: 1 — apoio da universidade; 2 — o intercâmbio de pesquisadores; 3 — aperfeiçoamento dos docentes vinculados aos cursos de pós-graduação e, 4 — bolsas para os pós-graduandos.

O APOIO DA UNIVERSIDADE

Os programas de pós-graduação surgem, via de regra, da iniciativa de grupos de professores que percebem que em seus departamentos existe um grupo amadurecido e disposto a concentrar esforços em torno de uma linha básica de estudos e que concordam em planejar programas de atividades, tendo em vista os mais altos interesses do ensino e da pesquisa.

O primeiro problema enfrentado, logo de início, é o da institucionalização da ideia que precisa ser encampada pelo diretor da instituição e, em seguida, pelos órgãos colegiados e depois pela reitoria. Aceita a proposta, passa-se pela fase dos estatutos, regimentos e regulamentos para a qual se procura a eficiência máxima ainda que num plano muito teórico. Na verdade, multiplicam-se as câmaras e conselhos porque é preciso regulamentar tudo e todos a partir de objetivos muito alentadores fixado no papel. No caso da UNESP, por exemplo, a pós-graduação tem como objetivo fundamental a formação de docentes e de pesquisadores. Uma vez institucionalizada a pós-graduação, teve início a batalha para sua manutenção, ainda que nos níveis mínimos exigidos para o seu funcionamento adequado. A ideia geral que prevalece, em muitos órgãos da administração superior, é a de que o curso de pós-graduação deve ser mantido, quase que exclusivamente, pelos docentes e pesquisadores ligados diretamente ao programa. Poucas ampliações são feitas e especialmente destinadas para a pós-graduação. Ainda no caso da UNESP, prevaleceu a orientação de que a pós-graduação deveria ser mantida por conta e risco dos departamentos solicitantes e sem nenhum prejuízo para as atividades de ensino, relacionadas com os cursos de graduação.

Há também os problemas dos recursos financeiros destinados a atender as mais diferentes solicitações e cuja destinação tem sido irrisória, seja para a compra de material de consumo (frequentemente restrita às atividades de secretaria e as atividades de ensino mais elementares) ou para compra de material permanente, sempre prejudicada pelas baixas dotações, pelo atraso nas licitações ou pelas dificuldades de importação. Isso mostra que a pós-graduação é obrigada a funcionar com os recursos que os departamentos possuem para manter o curso

de graduação, o que nem sempre tem sido suficiente para manter o curso de pós-graduação em nível adequado.

Os recursos para pagamento de pessoal docente (não incluindo salário do pessoal da "casa") são suficientes, quando muito, para o pagamento do pró-labore das bancas de mestrado e doutorado, desde que as pessoas convidadas não pertençam a instituições distantes, a ponto de exigir transporte aéreo. Essa situação impede, com frequência, a participação de pesquisadores especialistas na área, ou assunto, sobre o qual a dissertação, ou tese, foi desenvolvida.

Outra questão diz respeito à carga horária de trabalho dedicada ao desenvolvimento de disciplinas e de orientação de alunos. Frequentemente, a carga horária de atividades na pós-graduação não desobriga o docente de suas responsabilidades com os cursos de graduação. No caso da UNESP, o problema recebeu um tratamento um pouco diferente a partir de 1985, uma vez que foi possível, para casos específicos, a contratação de novos docentes com responsabilidade exclusiva na pós-graduação ou, então, com responsabilidade junto aos cursos de graduação o que permitiu a liberação dos professores mais experimentados para se dedicarem em tempo integral, ao curso de pós-graduação. Lembremos, contudo, que esta é uma conquista recente que não se deve creditar à sensibilidade dos órgãos oficiais para com os problemas da pós-graduação. Na verdade ela é fruto de longos anos de reivindicações e pressões que partiram do corpo docente.

INTERCÂMBIO DE PESQUISADORES

O intercâmbio com outros centros de pós-graduação do Brasil e do exterior é, não só de fundamental importância para o desenvolvimento sólido da pós-graduação como, também, para o melhor aproveitamento dos recursos humanos no país.

Para a solução de um grande número de problemas relativos à carga horária de trabalho e, também, as falhas eventualmente existentes na distribuição das disciplinas e no tratamento adequado de algumas questões importantes, pode-se recorrer à prática do intercâmbio de docentes e pesquisadores. Apenas para citar um exemplo, algumas disciplinas ministradas nos cursos de pós-graduação localizados na Região Sudeste, têm mostrado grande interesse no tratamento da questão nordestina e vice versa. O intercâmbio de docentes se colocaria, de imediato, como a maneira mais adequada para solucionar, satisfatoriamente, o problema. Contudo, entre os problemas enfrentados, coloca-se o da não existência de recursos suficientes para cobrir as despesas de transporte e estada do docente, mesmo para aqueles que pertençam a própria universidade e residam em outras localidades ainda que próximas do campus, sede do programa de pós-graduação. O exemplo da UNESP é talvez o mais dramático, uma vez que esta universidade é constituída por diversos institutos e faculdades dispersos em 15 municípios diferentes e os recursos destinados para o intercâmbio de docentes da própria universidade são irrisórios. Grande parte dos problemas de intercâmbio de docentes, dos quadros da própria universidade, tem

sido solucionados a partir de iniciativas puramente individuais, sem a necessária cobertura institucional. Sem dúvida, essa situação não permite pensar-se em projetos de médio e longo prazos, principalmente com a inclusão de pesquisadores estrangeiros, tendo em vista a ampliação da produção científica, a reciclagem de recursos humanos e a formação de novos quadros de pesquisadores.

APERFEIÇOAMENTO DE DOCENTES VINCULADOS AOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Os docentes e orientadores dos cursos de pós-graduação sentem a necessidade de se reciclarem periodicamente. As atribuições de ensino na graduação e pósgraduação, os trabalhos requeridos pela orientação de alunos do mestrado, do doutorado e de iniciação científica e a participação em órgãos colegiados, abre muito pouco tempo para leitura, participação em debates, visitas a centros especializados no país, participação em congressos e em equipes de pesquisas. Nem sempre o docente pode contar com seis meses ou um ano sem atividades para se dedicar, integralmente, a atualização científica.

No caso de estágios e visitas à universidades estrangeiras, o pesquisador enfrenta o penoso trabalho destinado a conseguir recursos financeiros, em geral escassos para atender a todas as solicitações e ainda cuidar para que suas atribuições não sofram solução de continuidade ou sobrecarga dos colegas dispostos a substituí-lo.

As instituições de apoio financeiro, externas à universidade, deveriam ampliar a disponibilidade de recursos para atender estágios no exterior e visitas a bibliotecas e centros de pesquisa o que é de fundamental importância para a reciclagem do conhecimento do corpo docente vinculado à pós-graduação. Esse apoio deveria ser desencadeado ainda que em prejuízo das bolsas de mestrado ou de doutorado concedidas para o exterior, especificamente para os candidatos que pretendem fazer cursos de pós-graduação com similares no Brasil.

Não se pode aceitar, tão facilmente, a concessão de bolsas de mestrado ou doutorado para o exterior destinadas a candidatos com conhecimento deficiente da língua do país ou com planos para desenvolver dissertações sobre questões específicas da realidade brasileira, que poderiam ser melhor tratadas no âmbito dos cursos já implantados no Brasil ou, ainda, de bolsistas com projetos que não terminam nunca, simplesmente porque as instituições não cobram qualquer retorno dos investimentos aplicados para o seu aperfeiçoamento. Acrescente-se também, os casos de postulantes de bolsas que foram desligados de cursos de pósgraduação ou mesmo reprovados em exames de qualificação ou de ingresso.

Convém salientar, por último, que a dissertação de mestrado è, na maior parte dos casos, o primeiro trabalho de fôlego a ser desenvolvido por geógrafos recém saídos dos cursos de graduação e que, portanto, possuem pequena experiência na pesquisa e no ensino. A primeira experiência de maior responsabilidade acadêmica não precisa ser, necessariamente, adquirida no exterior, onde as

dificuldades de manutenção e de comunicação são muito grandes. O financiamento para bolsas deveria dar prioridade para os candidatos ao doutorado, de preferência para os portadores do título de mestre ou de um currículo com razoável produção científica e aos planos de pós-doutorado dos docentes e orientadores em cursos de pós-graduação. É claro que uma política de seleção dos candidatos com prioridade aos mais experimentados deveria ser compartilhada com a Universidade, no que diz respeito à concessão de afastamentos.

BOLSAS PARA OS PÓS-GRADUANDOS

Os candidatos que ingressam na pós-graduação, com exceção dos docentes cujas universidades se dispuseram a manter seus salários, tem enfrentado sérios problemas no que diz respeito a sua própria sobrevivência. Esse não é um problema muito sério para o caso específico de Rio Claro, onde quase todos os alunos possuem bolsa. O número de bolsas concedidas é relativamente pequeno, embora o Índice bolsa/aluno venha diminuindo a cada ano. O problema é que esse índice está fortemente relacionado com a diminuição do número de alunos e redução do número de vagas oferecidas. No Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo, o número de alunos diminuiu de 314, em 1978, para 224, em 1981 e 194, em 1984, Na UNESP, apesar das condições altamente favoráveis, o número de alunos matriculados caiu de 21, em 1983, para 10 em 1985 e 1986. Não temos dúvida de que não só o valor da bolsa quanto o número de bolsas disponíveis poderão ser indicados como fatores importantes nesse processo de evasão ou desinteresse pelos cursos de pós-graduação.

Cursar a pós-graduação sem condições de sobrevivência, ou tendo que trabalhar em prejuízo de uma dedicação em tempo integral, corresponde a um problema sério e altamente prejudicial para formação dos alunos e do desenvolvimento de seus projetos de dissertação. Nesse caso, seria um sonho admitir-se que o aluno da pós-graduação tivesse condições para participar de congressos, cujos temas se relacionem com projetos individuais e coletivos de pesquisa.

O problema não se coloca exclusivamente para os alunos. Muitas vezes o orientador, em consideração ao interesse e ao bom nível apresentado pelo aluno tenta soluções pessoais para seus problemas de sobrevivência quase sempre em prejuízo de suas atividades e do pouco tempo disponível, na tentativa de preencher o vazio deixado pela universidade ou órgãos de apoio externos.

Até agora foi lembrado que a universidade, responsável pelo programa de pós-graduação, deveria assumi-lo integralmente e com maior sensibilidade. Contudo, convém lembrar que, em certos casos, a universidade de origem do pós-graduando e, portanto, interessada no seu aperfeiçoamento, também não assume, integralmente, a pós-graduação que hospeda o seu docente. Tem sido muito frequente

os casos de bons alunos e com boa experiência enfrentarem condições muito adversas de trabalho, a partir do momento que retornam para suas universidades, com a pretensão de redigir dissertação de mestrado. Em alguns casos, a permanência desses docentes em programas de pós-graduação, para integralização de disciplinas, elaboração de programas e consulta da bibliografia é confundida com uma viagem de descanso, o que obriga o docente a assumir um volume de responsabilidades didáticas e administrativas acima do normal, para compensar sua ausência.

Nesse caso, a solução seria a universidade dar crédito e apoio ao docente durante todo o período de duração da pós-graduação desde que, evidentemente, o tempo não ultrapasse o prazo normalmente estipulado pelo programa, para obtenção do título de mestre ou de doutor.

PROPOSIÇÃO

Levando-se em conta os problemas gerais colocados para a situação da pós-graduação no Brasil, é possível as seguintes proposições tendo em vista os objetivos desta mesa redonda.

As universidades deveriam dar apoio mais decisivo e integral aos cursos de pós-graduação reconhecendo, assim, o papel que eles representam para a consolidação da própria Universidade. A pós-graduação exige soluções rápidas para as questões relativas a aprovação de currículos, e de programas de disciplinas, credenciamento de professores e maior liberdade na agilização de processos para aproveitamento de professores estrangeiros que se encontram no Brasil, ou de professores brasileiros que se encontrem em universidades próximas. O apoio deve se estender, também, aos cursos de graduação, sobretudo os cursos de bacharelado, que fornecem grande parte dos candidatos para a pós-graduação. Nos casos em que a pós-graduação for montada a partir da iniciativa de um pequeno grupo de docentes mais interessados e imbuídos dos melhores propósitos idealistas, a Universidade corre o risco de ver esses programas esvaziados, seja em virtude de aposentadoria dos docentes mais experientes, ativos e melhor relacionados, ou então, em virtude do desânimo a que esses professores são levados no decorrer de longo tempo de lutas, desgastes e incompreensões.

Universidade e os órgãos de apoio externo deverão promover e estimular o intercâmbio entre programas implantados permitindo, assim, o mais adequado aproveitamento de recursos humanos, especialmente dos já existentes no Brasil. Isso permitirá a inovação e renovação do programa que recebe o professor de fora e o enriquecimento da experiência do professor envolvido no intercâmbio com benefícios indiscutíveis para o aluno.

3) As oportunidades de visitas, estágios e consultas a bibliotecas nacionais e estrangeiras, especialmente as de período curto, deveriam ser mais facilmente atendidas através da eliminação de uma série de barreiras de ordem burocrática e

da ampliação dos recursos disponíveis para participação dos docentes em congressos e estágios de curta duração, dentro e fora do país.

4) O valor e o número de bolsas deveriam ser ampliados, como medida de estímulo e colocados à disposição somente dos candidatos com maior potencial .dispostos a se dedicarem, em tempo integral, ao desenvolvimento dos seus projetos e, sobretudo, dispostos a se submeterem a um processo de cobrança para retorno dos investimentos.

O atendimento *dessa* condição daria oportunidade não só de cobrança mais direta dos resultados mas, inclusive, permitiria reduzir o tempo de permanência dos alunos na pós-graduação o que garantiria um retorno antecipado do pessoal melhor qualificado e titulado, em benefício da própria Universidade.